



ESPAÇO ASSOCIADO
Grupo de Balhos e Cantares zela pelo património

página 4



BISCOITOS
Casa do Povo ajuda a alimentar a zona norte da Terceira

página 5



GRATER – ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

OLHAR O MUNDO RURAL

N.º 33 . dezembro/2020 • grater@grater.pt • www.grater.pt • www.facebook.com/grater.pt • distribuição gratuita

ESTE SUPLEMENTO INTEGRA O JORNAL DIÁRIO INSULAR E NÃO PODE SER VENDIDO SEPARADAMENTE



PRORURAL+

Governo dos Açores

PORTUGAL
2020

UNIÃO EUROPEIA
 Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
 A Europa investe nos espaços rurais



página 3

PAC TEM DE RESPONDER AOS DESAFIOS DA PANDEMIA

Jorge Rita, presidente da Federação Agrícola, quer respostas europeias às consequências da COVID-19 na agricultura



ANSELMO PIRES
Tesoureiro da GRATER

EDITORIAL

Mundo rural mantém-se ativo

Nos tempos de pandemia que atravessamos, a desaceleração da nossa economia é clara. No entanto, o mundo rural mantém-se ativo, com toda a força e pujança que lhe são características. Assim, vamos seguindo o nosso caminho.

Nesta edição da revista Olhar o Mundo Rural, damos destaque às oportunidades que ainda estão por explorar. É o caso do reaproveitamento dos resíduos agrícolas, um tema aqui explorado pela especialista em avaliação e assistência técnica no âmbito das políticas de desenvolvimento rural, Magda Porta. Sim, é possível fazer coisas muito interessantes com o desperdício das nossas explorações.

Importa também dar a conhecer o trabalho que os nossos associados realizam. Hoje conhecemos o Grupo de Balhos e Cantares da Ilha Terceira que, neste espaço, vem demonstrar que é possível reforçar a importância da preservação do património cultural açoriano, mesmo nas circunstâncias que hoje vivemos.

Outros exemplos nas áreas do lazer e na área social são aqui trazidos, como contributos essenciais para o nosso dia a dia.

Por fim, e não menos importante, contamos com a opinião do presidente da Federação Agrícola dos Açores, Jorge Rita, sobre temáticas relevantes para o mundo rural, como o são o conceito de jovem empresário rural e a importância do FEADER para o desenvolvimento do nosso território.

OPINIÃO

A problemática da gestão dos resíduos não orgânicos produzidos pela atividade das explorações agrícolas



MAGDA PORTA
Especialista em avaliação das políticas de Desenvolvimento Rural

Com a intensificação das atividades agrícolas nas últimas décadas para dar resposta aos objetivos associados ao aumento da produção e ao acréscimo de rendimento/diminuição de custos, observou-se o aumento expressivo da quantidade de resíduos sólidos não orgânicos de natureza diversa gerados pelas explorações, e a que corresponde a um aumento substancial da pressão sobre o ambiente.

Dadas as suas características de ultraperifricidade (afastamento do continente europeu, fragmentação, limitação de recursos, ...), a Região enfrenta dificuldades acrescidas no âmbito da gestão dos resíduos, nomeadamente carência de infraestruturas para a recolha seletiva, triagem e tratamento. A estas dificuldades, acresce a relativa ausência de sensibilidade dos produtores quanto à necessidade de assegurar a correta gestão dos resíduos, e quanto à responsabilidade que lhes cabe de gerir o impacto da atividade agrícola sobre os recursos e de melhorar o desempenho ambiental das explorações.

As preocupações crescentes em matéria ambiental resultaram na sua evidente integração nos processos de decisão política aos níveis europeu, nacional e regional. A Comissão Europeia, em dezembro de 2019, apresentou a nova estratégia de crescimento do espaço europeu – Green Deal: Pacto Ecológico Europeu (PEE) –, que encerra objetivos ambiciosos associados ao reforço da capacidade para responder aos desafios climáticos e ambientais (poluição, alterações climáticas, perda de biodiversidade, ...).

Estes desafios ambiciosos exigem uma resposta política abrangente e igualmente ambiciosa. No contexto regional há a destacar a Agenda para o Relançamento Social e Económico para a Região Autónoma dos Açores, que compreende uma visão e objetivos estratégicos focados na competitividade aliada à sustentabilidade económica, social e ambiental.

A Agenda propõe eixos de atuação a operacionalizar através de um vasto número de medidas, tendo como um dos objetivos centrais a evolução para uma região ambientalmente sustentável, que progrida para a neutralidade carbónica, nomeadamente, através do reforço da capacidade e qualidade das cadeias de pro-

dução local para a valorização dos produtos açorianos, aliado à promoção de uma economia mais circular, com preocupações ambientais e assente na exploração sustentada dos recursos.

Tendo presente os objetivos e políticas de desenvolvimento sustentável e as dificuldades associadas à gestão dos resíduos agrícolas quando observadas as questões legais, técnicas, educacionais e comportamentais, saúda-se a iniciativa da GRATER de elaboração de um estudo sobre a estratégia de gestão de resíduos sólidos não orgânicos provenientes da atividade das explorações agrícolas do seu território de intervenção (Ilhas Terceira e Graciosa) e cujos objetivos principais são: a tipificação e quantificação dos resíduos produzidos pelas explorações agrícolas e identificação das dinâmicas associadas à sua gestão pelos produtores; a sensibilização dos produtores agrícolas para a correta gestão dos resíduos e das autoridades competentes para a sua monitorização e controlo; a identificação das potencialidades para a reutilização dos resíduos e respetivos mercados, nomeadamente, no âmbito da produção de peças de artesanato e decorativas e de mobiliário urbano; e a construção de uma visão comum que entenda a importância da introdução e consolidação do conceito de economia circular no setor agrícola e estimular o desenvolvimento de iniciativas de reciclagem/reutilização dos resíduos agrícolas.

Este trabalho, com a conclusão prevista para o final do primeiro trimestre de 2021, revela a indispensabilidade de reforçar a necessidade de uma mudança de paradigma no setor agrícola, com um esforço centrado na transição de uma economia linear para uma economia circular, ou seja, na definição e implementação de iniciativas que valorizem a redução, a reciclagem e, sobretudo, a reutilização dos resíduos gerados pela atividade das explorações agrícolas, sendo certo que esta transição trará novos desafios ao sector, mas também oportunidades.



ENTREVISTA

JORGE RITA, PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO AGRÍCOLA DOS AÇORES

PAC tem de dar resposta aos impactos da COVID-19

O presidente da Federação Agrícola dos Açores, Jorge Rita, acredita que os agricultores dos Açores vão conseguir adaptar-se a qualquer mudança imposta pela PAC, mas defende que esse instrumento tem de dar resposta aos problemas que a pandemia trouxe também para o setor.

As negociações relativas à Política Agrícola Comum (PAC) estão já em fase final. Quais são as suas expectativas quanto ao futuro da política de desenvolvimento rural nos Açores? Que mudanças antevê?

A PAC assenta numa nova arquitetura verde, indo ao encontro das grandes tendências atuais, em que as alterações climáticas são uma preocupação da sociedade. A agricultura açoriana terá de se adaptar a esta realidade, desenvolvendo uma estratégia que permita valorizar a sua produção, e os Açores, devido ao modo de produção existente, que lhe confere um modelo sustentável, são uma das regiões com melhores condições para corresponder às novas expectativas.

O agricultor açoriano tem sido capaz de responder aos diferentes desafios que têm sido impostos pelas reformas constantes da PAC, já que a sua resiliência e resistência lhes permitem ter uma grande capacidade de se adequar às exigências que têm vindo a ser sempre cada vez mais apertadas.

Por outro lado, em que medida pode a crise provocada pela COVID-19 introduzir alterações ao que estava delineado para a PAC pós 2020?

A crise da COVID-19 contribuiu para o atraso das negociações que estavam a decorrer. No entanto, estamos cada vez mais perto da versão final do Plano Estratégico da PAC, sobre o qual a Federação já emitiu o seu parecer. É evidente que a nova PAC terá de ter em consideração as consequências que a pandemia trouxe à agricultura europeia.

Na sua opinião, que medidas devem constar da PAC pós 2020?

A Federação Agrícola dos Açores entende que os fundos devem ser aplicados com rigor, objetividade, critério e transparência, devendo os apoios ser essencialmente dirigidos para a produção. A valorização dos produtos regionais nos mercados, a aposta em produtos certificados, a inovação agrícola, e apoios para a comercialização são fundamentais para o for-

talecimento da agricultura. Teremos de continuar e acentuar políticas que permitam melhorar os transportes na Região, as infraestruturas agrícolas, o rejuvenescimento do setor e a formação dos agricultores, que cada vez mais, assume uma importância decisiva numa agricultura moderna e que vá ao encontro das necessidades dos consumidores.

Para que estas medidas sejam implementadas adequadamente, as organizações de produtores são essenciais. Por isso, devem ser encaradas pelo poder político como entidades ativamente colaborantes.

Conhecendo o envelope financeiro, para Portugal, do FEADER, no âmbito do Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027, bem como do Plano de Recuperação, quais as suas expectativas em relação à dotação que poderá ser atribuída aos Açores?

Ainda não temos conhecimento dos valores adstritos aos Açores do quadro financeiro plurianual 2021-2027, mas é nossa expectativa que os montantes financeiros afetos à Região possam ser superiores aos existentes no PRORURAL+, atendendo à boa execução deste programa e, também, porque a Região é cumpridora dos objetivos propostos pela União Europeia para o desenvolvimento rural. No que concerne ao Plano de Recuperação e Resiliência, sabemos que existem 30 milhões de euros alocados à agricultura açoriana, o que é insuficiente para fazer face às perdas que os agricultores tiveram devido à pandemia provocada pela COVID-19.

Qual a sua opinião sobre o Pacto Ecológico Europeu, a Estratégia de Biodiversidade e a Estratégia “Do Prado ao Prato”, apresentadas pela Comissão Europeia, e qual a sua influência nas medidas a serem implementadas no âmbito do desenvolvimento rural nos Açores?

As estratégias apresentadas vêm ao encontro das pretensões dos cidadãos europeus para a necessidade de termos um sistema alimentar sustentável. Entendo que estas estratégias têm de ser enquadradas nas realidades locais e, nos Açores, esta já é uma preocupação, uma vez que o ambiente é um património de todos os açorianos, principalmente dos agricultores. Desta forma, os agricultores estão disponíveis para responder aos desafios criados. No entanto, têm de existir compensações financeiras nos programas comunitários para este fim, e aí, as próprias organizações de produtores devem ter uma ação fundamental pelo que, devem ser devidamente apoiadas, de modo a poderem realizar uma cada vez melhor extensão rural.



Qual tem sido, no seu entender, o papel dos Grupos de Ação Local (GAL) na implementação da abordagem LEADER nos Açores? Como avalia a ligação destes grupos com o mundo rural?

Os GAL são fundamentais na abordagem LEADER, atendendo ao seu carácter local e concelhio, contribuindo para a preservação das identidades culturais das populações e para a estabilidade da sociedade rural. A ligação com o mundo rural deve ser cada vez maior, nomeadamente com os agricultores, que são quem cuida e preserva o ambiente de exceção existente nos Açores.

Na sua opinião, quais deveriam ser as áreas de intervenção da abordagem LEADER nos Açores, na PAC pós 2020?

A abordagem LEADER deve ir ao encontro das necessidades da manutenção do meio rural, contribuindo para a melhoria generalizada dos rendimentos de quem vive e mantém o espaço rural, pelo que devem ser criadas medidas que permitam incrementar ações que promovam a rentabilidade das explorações agrícolas.

Ao nível nacional já existe a figura do “Jovem empresário rural”. Na sua opinião, qual a importância da sua implementação nos Açores? Considera que deverá ser o FEADER a apoiar a instalação destes jovens empresários?

Todas as iniciativas que contribuam para o rejuvenescimento do setor agrícola devem ser incentivadas, por isso a criação do “jovem empresário rural” pode enquadrar-se nesta perspetiva, embora devamos ter em consideração que a Região tem a maior percentagem de jovens na agricultura. Mais do que criar estatutos é preciso alterar algumas medidas que são inibidoras do rejuvenescimento do setor, nomeadamente as contribuições para a Segurança Social. Se este estatuto se destinar também a atividades económicas para além da agricultura, estas devem ser apoiadas por outros fundos comunitários, já que o FEADER deve ser exclusivamente direcionado para a instalação de jovens agricultores.

ESPAÇO ASSOCIADO

GRUPO DE BALHOS E CANTARES DA ILHA TERCEIRA

Zelar pelo património imaterial com respeito

A preocupação do Grupo de Balhos e Cantares da Ilha Terceira é ser fiel ao passado cultural local. Há 52 anos que o faz e espera continuar a fazê-lo por tempo igual – ainda que a evolução do mundo possa vir a ditar o contrário.

O Grupo de Balhos e Cantares da Ilha Terceira nasceu em 1968. É a partir da freguesia da Conceição, no centro de Angra do Heroísmo, que olha para o passado do mundo rural, com respeito e com verdade. Essas são as duas condições essenciais para se guardar o património imaterial terçense, defende o presidente, Paulo Lourenço.

Há 52 anos que os elementos que compõem o grupo – hoje são 38 – se dedicam a estudar e a divulgar as tradições da ilha Terceira. É por isso que, do seu repertório, fazem parte sobretudo modas antigas, mas também outras, cantadas e dançadas da forma mais fiel possível, atendendo ao que se fazia nos momentos de festa e de convívio, depois dos terços do Espírito Santo, no Natal, na matança do porco, nas vindimas. “Nós somos honestos acima de tudo. O nosso folclore não anda aos saltos num palco – é lento, mas tem uma melodia muito bonita. Somos o mais fiéis possível às nossas raízes e, assim, não vamos fazer alterações só para ser mais fácil chegar às pessoas. Nós queremos apresentar o que é nosso e é isso que fazemos, mesmo nos festivais nacionais e internacionais. É preciso explicar às pessoas aquilo que elas estão a ver – sobretudo aos jovens, para que eles continuem este legado”, considera o líder do grupo.

De facto, não é fácil atrair elementos mais novos – há muitas distrações, muitos interesses diferentes –, mas o Grupo de Balhos e Can-

tares da Ilha Terceira vai conseguindo fazê-lo. Quando os pais também cantam, tocam e dançam, é quase certo que os filhos ficam por perto. Depois trazem alguns amigos e eles vão gostando e ficando também, carregando a honrosa tarefa de não deixar morrer a cultura tradicional terçense.

O folclore, avança Paulo Lourenço, é um importante veículo de transmissão das vivências de um povo. Tem, diz-nos, um papel essencial na sociedade e no meio onde se insere, “principalmente se fizer um trabalho sério”. Esse é um dos motivos, aliás, por que o responsável se demora na leitura de livros de história, etnografia e antropologia, um conhecimento que gosta de passar àqueles que se juntam para celebrar a cultura regional. “Costumo, nos ensaios, trazer à liça um tema para depois conversarmos sobre ele. Nós somos um grupo formado na cidade, ainda que com pessoas das freguesias, e a verdade é que as vivências não são as mesmas. Essas pequenas coisas, essas partilhas, fazem a diferença. Falamos sobre a lavoura, sobre sachar milho, e isso dá-nos outra perspetiva também sobre o folclore”, refere.

A canção tradicional é, neste sentido, um importante meio de socialização. Não só porque dá a conhecer como os outros, antes de nós, se relacionavam há 80 ou 100 anos, mas também porque permite, hoje, este contacto entre diferentes gerações. A esse nível, aliás, a pandemia de COVID-19 tem um significado difícil para o Grupo de Balhos e Cantares da Ilha Terceira.

“O maior impacto que sentimos é a saudade de estarmos juntos. Nós somos todos amigos, damo-nos bem e não podemos estar uns com os outros. Desde que a pandemia começou que nunca mais ensaiámos, porque isso presuppõe estarmos muito próximos, e é difícil, porque aproveitamos sempre para nos rirmos, para convivermos, para beber um copo, comer

FOTOGRAFIAS FOLK AZORES/NUNO GOMES



uma fatia de bolo... E também temos saudades de participar nas festas, nos bodos de leite. Este ano íamos para as Canárias, fazer um intercâmbio com um grupo que conhecemos em 2017, e claro que isso também não aconteceu”, lamenta.

Os efeitos que a pandemia tem são, de resto, uma antecâmara para o que Paulo Lourenço acredita que será o futuro do folclore. Não é pessimista, garante, mas admite que o folclore, como o conhecemos, não terá espaço num futuro onde as relações interpessoais serão diferentes. “Tendo em conta a evolução do mundo, não sei se os grupos se vão manter mais 50 anos. Eu ando nisto há esse tempo todo e naquela altura nós juntávamo-nos para dançar, aprender modas regionais, contar histórias. Hoje não é tanto assim”, afirma.

Apesar disso, o Grupo de Balhos e Cantares da Ilha Terceira mantém a sua função de dar vida ao património imaterial local, com a preocupação de o explicar e, até, de garantir que ele não fica cristalizado no tempo. “Tudo evolui. Por exemplo, o nosso fundador, o Laureano Correia do Reis, tinha uma forma muito diferente de tocar as modas. Uma charamba demorava meia hora, porque cada elemento cantava uma quadra. Agora não”, explica.

Já nos trajes, há um cuidado acrescido em manter o que era feito, à antiga. Vestem-se de acordo com épocas diferentes, embora com especial enfoque no século XIX, até aos anos 50 do século XX. Há trajes de cerimónia, de lavradores abastados, domingueiros, roupas de trabalhar na eira, de cavar, de lavar, de ceifar, vestes de solteira, de ir à missa, de vender fruta, de moleiros e lenhadores.

Para adquirir alguns destes trajes, o Grupo de Balhos e Cantares da Ilha Terceira recorreu à GRATER, de que é associado e a quem reconhece um papel importante, também, na defesa do património. “A GRATER apoia atividades rurais e culturais. É importante podermos recorrer a estas ajudas”, considera.

Com ajudas – quando for preciso – e a ajudar, igualmente, na preservação da cultura tradicional da Terceira, o grupo vai manter-se por perto, nos palcos da ilha e outros, assim a pandemia o permita.



PROJETOS EXEMPLARES

CASA DO POVO DOS BISCOITOS

Ajudar mais e melhor



O espaço de ação da Casa do Povo dos Biscoitos extravasa a freguesia – estende-se a noroeste, aos Altares e ao Raminho, e vai ao nordeste, às Quatro Ribeira e à Aqualva. Em todas essas localidades, o organismo presta apoio a quem precisa, individualmente ou através de protocolos de cooperação com as estruturas de apoio residencial. É um trabalho que a instituição faz há anos. Há muito tempo que a Casa do Povo dos Biscoitos entrega refeições a idosos, doentes,

pessoas carenciadas ou em risco de exclusão. São casos que lhe chegam através da Segurança Social, do hospital, da Polícia de Segurança Pública ou pedidos de ajuda diretos, das famílias ou de quem menos tem.

Nos últimos tempos as solicitações têm aumentado, diz Eugénio Simas, presidente do organismo. Com a pandemia surgem casos não só de quem tem dificuldade em pôr comida na mesa, mas também de quem tem de ficar em casa a

cumprir isolamento e que, por isso, precisa que lhe entreguem as refeições. Felizmente, diz o responsável, a Casa do Povo dos Biscoitos tem hoje forma de acudir a todos esses apelos, ao almoço e ao jantar e, inclusive, dando resposta a pedidos específicos, como os que decorrem de uma dieta vegetariana.

Tudo porque a instituição reformulou e aumentou a sua cozinha, dando cumprimento a um projeto apresentado à GRATER. A iniciativa incluiu as obras, mas também a aquisição de equipamentos. Do investimento proposto, 81.598,87€, foi considerado elegível o valor de 74.978,20€, participado a 100% no âmbito do PRORURAL+.

“A cozinha que temos hoje tem três vezes mais área do que a anterior. Temos infraestrutura para apoiar até 300 pessoas, mas neste

momento entregamos refeições a cerca de 70. Foi uma ajuda muito importante. Nós pedimos apoio à Direção Regional da Solidariedade Social, mas devido às contingências, e por terem também muitas instituições para apoiar, aconselharam-nos a falar com a GRATER e foi o que fizemos. Só quem conhecia o outro espaço pode ter bem a noção: trabalhávamos num cubículo, sem janelas, com as condições que eram permitidas há 30 anos. Agora está muito melhor”, explica o responsável.

O projeto da Casa do Povo dos Biscoitos incluiu ainda a construção de um serviço de lavandaria, também com entrega ao domicílio, para completar a ajuda prestada ao nível da higiene dos idosos e dos acamados. A equipa da instituição desdobra-se em serviços, agora com melhores condições.

JORGINA FREITAS

Encantadora de cães

Jorgina Freitas diz-se uma pessoa de animais. De todos – dos cães que cuida às aves que tombam no jardim e precisam de assistência. “Na minha mão os pássaros vivem sempre”, ri-se.

Foi esse gosto e esse cuidado – aliados a uma má experiência num curso de Turismo – que a levaram a estudar cinotecnia, na Universidade Lusófona. Desde pequena que dizia que queria ser treinadora de cães e quando abriu em Portugal o primeiro curso independente (fora das Forças Armadas), decidiu avançar.

Não se arrepende. Entende-se bem com os cães – tem particular apreço pelos mais velhotes que, nos canis, têm menos possibilidades de ser adotados –, percebe-lhes as necessidades e têm paciência para os ensinar a comportarem-se melhor e a ultrapassarem traumas e fobias.

Quando terminou o curso começou a pôr em prática aquilo que sabia, numa tentativa de montar um negócio em torno do bem-estar animal: ia a casa dos donos dos animais, treinava-os,

levava-os ao veterinário, ficava com eles quando os donos viajavam e precisavam de ter onde os deixar. Só que, assume, não tinha ainda as melhores condições para prestar esses serviços. “Tinha um carro velho, que dava má imagem e era quase impossível transportar ali os cães. Como precisava de ter onde fazê-lo, mas não tinha dinheiro, decidi apresentar um projeto à GRATER”, conta.

Jorgina Freitas conhecia a GRATER há muito, através de um familiar – e era dela a gata, aliás, que ainda hoje vive na associação. Por isso, procurar esse apoio pareceu-lhe a melhor solução. A iniciativa tinha em vista a aquisição de transportadoras para cães e de



uma viatura, bem como a sua decoração. Um investimento total proposto de 15.480,55€ e elegível no montante de 14.754,58€, apoiados em 50% pelo PRORURAL+. Uma ajuda que solidificou o negócio.

“Foi fundamental. Primeiro porque assim tenho condições para o serviço de táxi, para levar os cães ao veterinário ou às tosquiadas, ou para ir buscá-los ao aeroporto quando os donos viajam. Depois porque esta carrinha é o meu outdoor. As pessoas veem, tiram fotografias para ficarem com o meu contacto e ligam-me. É um bom meio de publicidade”, diz.

A atividade arrancou em força em outubro do ano passado, quando

chegou a viatura. Depois veio a pandemia, durante dois meses não houve trabalho, mas agora há muito que fazer. “Com a COVID algumas pessoas aperceberam-se da sua solidão e adotaram cães. Outras, que já os tinham, deram conta dos maus comportamentos ou de problemas que eles tinham. Durante a quarentena tive muitos gostos na página de Facebook e a mensagem foi-se espalhando”, adianta.

Para além do treino de cães, Jorgina Freitas faz “pet sitting”, cuidados de dia, passeios, serviços de táxi e de hotel. Tudo para que os animais possam ter, com os humanos, uma convivência mais “harmoniosa, saudável e feliz”

NOTÍCIAS

GRATER participa em curso sobre novos cenários rurais

“Um novo cenário rural: objetivos de desenvolvimento sustentável, Agenda 2030 e LEADER” (“A new rural scenario: SDGs, 2030 Agenda and LEADER”) foi o tema do curso online, desenvolvido pela Rede Espanhola de Desenvolvimento Sustentável, para lançar as bases para a sustentabilidade no mundo rural e para oferecer recomendações e indicadores inovadores capazes de tornar as entidades envolvidas nesta temática em agentes da mudança, conforme requerido pela Agenda 2030.

O curso, que pretendia responder a questões relacionadas com a implementação dos objetivos de desenvolvimento sustentável – nomeadamente, como são medidos e avaliados – tinha como público-alvo as entidades dos territórios rurais, entre elas, administrações, empresas, organizações e sociedade civil. A GRATER foi um dos organismos que marcaram presença.

A formação, que teve uma duração de cinco semanas, foi composta por uma componente teórica – para abordar a origem dos objetivos de desenvolvimento sustentável e a metodologia do LEADER –, e outra mais prática, sobre o contributo dos diferentes organismos na sustentabilidade dos seus territórios, para que aprendessem, também, a medir esses resultados.

Em cima da mesa estiveram desafios como o despovoamento das

zonas rurais e a necessidade de estreitar a ligação entre as cidades e estes territórios, já que eles têm muito a oferecer e a ensinar no caminho da sustentabilidade. Recorde-se, a este propósito, que os cinco pilares do desenvolvimento sustentável – as pessoas, o planeta, a paz, a prosperidade e as alianças – são trabalhados para atingir 17 objetivos: a redução da pobreza; a sustentabilidade alimentar; a saúde e o bem estar; a

qualidade da educação; a igualdade de género; a qualidade da água e o saneamento; a energia limpa e acessível; o trabalho de qualidade e a economia sustentável; a indústria, a inovação e as infraestruturas; o combate à desigualdade; a sustentabilidade das comunidades; o consumo e a produção responsáveis; ação climática; vida marinha; vida terrestre; paz; justiça e instituições; sociedade justa e administração transparente.

Assim, cinco módulos compunham o curso: a abordagem do LEADER e dos objetivos de desenvolvimento sustentável ao desenvolvimento rural; a origem dos objetivos de desenvolvimento sustentável e o seu papel; a metodologia LEADER; agentes de mudança; a implementação da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável; e avaliação. Tratou-se de uma formação validada pelas Nações Unidas.

Minha Terra e CONFRAGI refletem sobre o Desenvolvimento Local de Base Comunitária

No passado dia 16 de novembro, a Federação Minha Terra e a CONFRAGI - Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal reuniram-se para fazer um balanço sobre o instrumento DLBC – Desenvolvimento Local de Base Comunitária e para debater alguns dos desafios ao desenvolvimento dos territórios rurais. Ambas as entidades concordam

quanto à importância dos pequenos investimentos na agricultura, na transformação e na comercialização por forma a ser possível manter os espaços rurais ativos. Defendem, ainda, a importância da territorialização destes apoios, permitindo uma distribuição mais equitativa pelo território nacional. Federação Minha Terra e CONFRAGI sublinham, de resto, a excessiva

e desproporcionada burocracia dos processos de candidatura e reembolsos e propõem que estes apoios sejam mais simples e processados de forma mais célere. Perspetivando a programação nacional da PAC (Política Agrícola Comum) para o período 2023-2027, a Minha Terra e a CONFRAGI defendem a valorização do segundo pilar da PAC, essencial ao apoio da produção

agrícola e ao desenvolvimento equilibrado dos territórios rurais. Por fim, as organizações expressaram a vontade de aprofundar a colaboração, nomeadamente no sentido de defender e reforçar a transferência de funções no quadro da implementação das políticas públicas para as organizações da sociedade de civil que estão em melhores condições de as realizar.

NOTÍCIAS

Associação retoma reuniões de projetos de cooperação

A GRATER, Associação de Desenvolvimento Regional, retomou, em outubro, os contactos dos projetos de cooperação em que está envolvida. A pandemia fez suspender esse trabalho, que agora prossegue, sobretudo através da internet.

Sublinhe-se, a este propósito, que, por conta da COVID-19, alguns destes projetos estão a ser repensados no que diz respeito à sua orgânica e à forma como serão desenvolvidos, até para que seja possível dar resposta às novas necessidades dos territórios e dos agentes dos setores em causa.

Assim, nos dias 21 e 28 de outubro, estiveram ligados os envolvidos açorianos na iniciativa “3G - Geoturismo, geoeducação e geoconservação”, GRATER, ADELIAÇOR, ARDE e Geoparque Açores. O “3G” é um projeto que põe em contacto os geoparques e as associações de territórios que partilham características semelhantes, nomeadamente o alto valor natural, paisagístico, geológico e cultural. Em causa está o desenvolvimento de metodologias e de atividades, no âmbito, precisamente, da geoconservação, da geoeducação e do geoturismo – que são



os três pilares de um território reconhecido como geoparque.

Já no dia 23 do mesmo mês, reuniram-se os parceiros do projeto “Cultivar & Cooperar”. Trata-se de uma iniciativa que envolve a GRATER, a ADIRN – Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Norte e a AGORIG – Associação de Agricultores Agroindustriais da Ribeira Grande, com o objetivo de potenciar a troca de saberes e de experiências na área agrícola, no sentido de alavancar soluções que respondam aos problemas com que se depara o setor e que, ao mesmo tempo, assegurem o desenvolvimento dos territórios rurais e a preservação do tecido económico ligado à agricultura, de forma am-

bialmente sustentável.

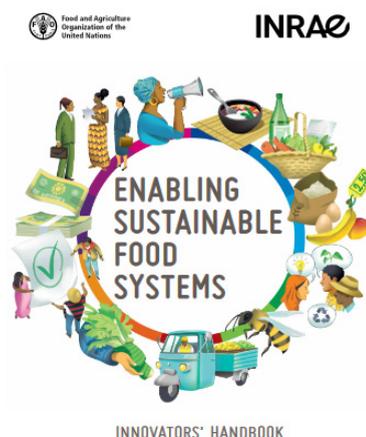
Finalmente, a 22 de outubro, GRATER, ADELIAÇOR e ARDE falaram sobre “Circuitos curtos”, este que é um projeto que pretende destacar os produtos agroalimentares locais, de terra e mar, promovendo um posicionamento destes produtos a nível nacional e internacional de forma inovadora e multifacetada, reforçando a ligação entre o meio rural e urbano e reforçando os circuitos curtos alimentares, nas modalidades de venda direta e indireta.

Neste momento estão a ser auscultadas empresas no sentido de saber o seu interesse em participar na formação “O Marketing e a captação de novos mercados no sector Agroalimentar”.

FAO publica manual sobre sistemas alimentares sustentáveis

A FAO, Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura, publicou recentemente o documento “Possibilitando sistemas alimentares sustentáveis: manual do inovador”, escrito por um conjunto de pessoas que estão a liderar iniciativas que promovem o cultivo, a partilha, a venda e o consumo de alimentos de forma mais sustentável, em contextos locais.

O manual – disponível em inglês e em francês – inclui um conjunto de exemplos de experiências que têm contribuído para a alteração da organização de sistemas alimentares locais, estando dividido em três grupos de inovações organizacionais: envolvimento do consumidor, produção sustentável e marketing de produto.



Plano Estratégico da PAC em consulta pública até amanhã

O Plano Estratégico da Política Agrícola Comum (PEPAC) de Portugal encontra-se em consulta pública até amanhã, dia 11 de dezembro. O PEPAC, recorde-se, combina, num plano estratégico único, os instrumentos de apoio da PAC financiados pelo FEAGA (pagamentos diretos e intervenções setoriais) e pelo FEADER (intervenções do desenvolvimento rural).

A proposta de regulamento da Comissão Europeia para os PEPAC prevê que os planos sejam submetidos a consulta pública e é nesse sentido que o Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP), enquanto entidade nacional res-

ponsável pela elaboração do plano português, vem lançar este primeiro momento para recolha de contributos e propostas.

Esta consulta incide nas primeiras quatro fases do processo de planeamento: diagnósticos para objetivos específicos, diagnósticos para o objetivo transversal e respetivas matrizes SWOT; “Orientação estratégica e Lógica de Intervenção”, que inclui a visão estratégica nacional; a articulação entre os desafios nacionais e os objetivos da PAC; e a identificação das necessidades por objetivo específico e respetiva pré-identificação de tipologias de intervenções que lhes poderão dar resposta.



CURIOSIDADES do mundo rural

Redescobrir o significado do Natal

Desde que os dias de Natal se começaram a aproximar que as televisões se encheram de anúncios que alertam para a estranheza destes tempos e para as mudanças que impõe, também, à época. Este Natal não vai ser igual aos outros: há famílias que não vão poder sentar-se à mesma mesa, há amigos que não vão poder visitar-se. Nos Açores, a tradição do Menino Mija vai ficar suspensa, à espera de um ano melhor.

As medidas dos Governos Regional e da República, para conter o

número de casos de COVID-19 nestes dias que habitualmente são de convívio, ainda não foram conhecidas. Mas já se sabe que o país vai estar sob Estado de Emergência e que, por isso, as deslocações vão estar condicionadas, assim como, naturalmente, os contactos interpessoais. E se no Natal pode esperar-se um aligeirar das restrições, na passagem de ano não. O tempo não está para confraternizações, pelo menos enquanto o vírus durar. Mas não havendo festa, há tempo para repensar a



época e aquilo que ela significa. A família e os amigos podem não estar presentes, mas as saudades e as memórias são prova suficiente do espaço que ocupam nas vidas de cada um. Mais do que os

presentes, importam as luzes e o calor trazidos por essa comunhão. Que para o ano seja melhor; que este ano saibamos celebrar com responsabilidade. Feliz Natal.

AGENDA

Assembleia Geral da GRATER: dia 21 de dezembro, pelas 18h00, por videoconferência.



Boas festas

O Conselho de Administração e a Equipa Técnica da GRATER - Associação de Desenvolvimento Regional - desejam-lhe um Feliz Natal e um ano de 2021 repleto de prosperidade.

